

MANIFESTO - MOVIMENTOS DE MULHERES CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL CONVOCAM LUTAS PARA O MÊS DE MARÇO DE 2017

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”
Simone de Beauvoir

O Brasil vive hoje o aprofundamento do golpe parlamentar, mediático e jurídico, que rompeu com a democracia em 2016, semeou ódio às mulheres e população LGBT e reforçou o racismo. Temos vivido uma conjuntura de avanço do conservadorismo e de perda de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados, seguido do aumento da violência e do controle sobre a vida e o corpo das mulheres e da repressão, criminalização aos movimentos sociais populares e desqualificação e perseguição das esquerdas. Em que pese esta onda conservadora, o feminismo tem resistido nas ruas contra retirada de direitos, contra a violência e feminicídios e lutando por autonomia e nossos direitos sexuais reprodutivos.

Os desmontes dos direitos e das políticas sociais atingem de forma particular as mulheres. Quanto mais avançam a privatização e a precarização da saúde e da educação, por exemplo, mais se intensifica a sobrecarga de responsabilização e de trabalho das mulheres, aumentando desigualdades de gênero, classe, raça e de geração.

Na contramão do reconhecimento da sobrecarga de trabalho e responsabilidades historicamente imputadas às mulheres, foi apresentada pelo governo golpista de Michel Temer a proposta da contrarreforma da Previdência que propõe igualar a idade de homens e mulheres, trabalhadores(as) rurais e urbanos para 65 anos, com 25 anos de contribuição. Dessa forma, as trabalhadoras rurais, por exemplo, que até agora se aposentavam com 55 anos, precisarão trabalhar pelo menos 10 anos a mais. Equiparar a idade de homens e mulheres para aposentadoria é desconsiderar a tripla jornada de trabalho das mulheres que garante a realização do trabalho doméstico e de cuidados e a reprodução da força de trabalho.

Com as novas regras, as pensões por morte e os benefícios assistenciais definidos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) deixam de ser vinculados ao salário mínimo e o Benefício da Prestação Continuada (BPC) passará para 70 anos, retirando o acesso de milhares de pessoas ao benefício que, em diversas famílias, é a única fonte de renda.



Para trabalhadoras e trabalhadores rurais, a PEC 287/2016 propõe várias mudanças que dificultam significativamente, o acesso aos direitos previdenciários. Um dos maiores problemas está na obrigatoriedade da contribuição individual em substituição à aplicação de alíquota sobre o resultado da comercialização da produção (art. 195, § 8º da Constituição Federal), conhecido como FUNRURAL. No contexto das relações familiares desiguais, quando a família tiver que optar por um membro para contribuir, dificilmente será a mulher ou a(o) jovem.

Com as condições colocadas, as mulheres denunciam que o acesso à aposentadoria será inviabilizado para a maior parte da população. Considerando que, para receber o benefício integral, será necessário contribuir por 49 anos. Outra alteração que as mulheres contestam é a condição de receber, aos 65 anos e depois de 25 anos de contribuição, apenas 51% da média dos salários de contribuição.

Nós, mulheres trabalhadoras do campo, da floresta, das águas e da cidade, manifestamos nossa posição contrária a essa contrarreforma da Previdência Social que impõe retirada de direitos adquiridos e aumento das desigualdades sociais; não mexendo nos privilégios das classes dominantes, levando à privatização deste direito social e ao aumento do lucro dos bancos e das empresas de previdência privada. Defendemos o sistema de Seguridade Social e a Previdência Universal, Pública e Solidária, que contribua de forma justa com a distribuição de renda e a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres, considerando as diferenças entre as(os) trabalhadoras(es) rurais e urbanos.

Só com uma ampla mobilização impediremos esses retrocessos. Nosso caminho e alternativa é resistir e lutar juntas!!!

Por isso, convocamos todas as companheiras e organizações de mulheres a construir no processo das ações do Dia Internacional de Luta das Mulheres, 08 de março, a luta em defesa dos nossos direitos contra a Reforma da Previdência Social. Para isso sugerimos:

- Formação política sobre os impactos da Reforma da Previdência na vida das mulheres;
- Participação em programas de rádio;
- Pressão sobre vereadoras/es, prefeitas/os e deputadas/os nos estados, propondo audiências públicas em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas;
- Realização de grandes mobilizações, atos, paralizações e jornadas de lutas descentralizadas nos estados, entre os dias 06 a 15 de março, de forma unitária com mulheres urbanas e rurais e em articulação com partidos de esquerda, movimentos populares e sindicais;
- Lutas contra o desmonte da Reforma da Previdência, a retirada de nossos direitos e a violência contra as mulheres que todos os dias violentam e assassinam mulheres no Brasil e no mundo;
- Seguir presentes em todas as lutas deste mês de março contra a retirada dos direitos;
- Apoiar as lutas da “Parada Internacional de Mulheres” neste 8 de Março.



Nossos Direitos, só a luta faz valer!!!

Nenhum Direito A menos!!! Fora Temer!!!

Assinam:

Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL

Articulação de Agroecologia da Bahia - AABA

Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB

Articulação Mineira de Agroecologia - AMA

Casa da Mulher do Nordeste

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Centro da Agricultura Alternativa do Norte de Minas

Centro Ecológico

Coletivo Democracia Corinthiana - CDC

Coletivo Jaçanã Musa dos Santos - Poços de Caldas/MG

Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação - CNTE

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG

Conselho Indigenista Missionário - CIMI

Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ

Departamento de Mulheres Indígenas Tapajós e Arapiuns (DMI/CITA)

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE

Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD

Frente Mulheres de Esquerda

Frente de Mulheres de Movimentos do Cariri - CE

GT Gênero da Articulação Brasileira de Agroecologia- ABA

GT Gênero e Agroecologia

GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA

GT Mulheres e Agroecologia da ASA Paraíba

Levante Popular da Juventude - LPJ

Marcha Mundial das Mulheres - MMM



Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia - MAMA
Movimento Camponês Popular – MCP
Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos / Movimento Organizado de Trabalhadores Urbanos - MTD/MOTU
Movimento de Mulheres Camponesas – MMC
Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas - MMZML
Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense – MMNEPA
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste - MMTR-NE
Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo - MTC
Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB
Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA
Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST
Movimento dos(as) Pescadores(as) Artesanais - MPP
Movimento Graal/Brasil
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB
Movimento Nacional Contra a Corrupção e pela Democracia - MNCCD
Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM
Núcleo de Defesa da Democracia – NDD/DF
Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido - NEPPAS/UFRPE
Observatório da Mulher
Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar - Fian Brasil
Rede Mulheres AMARC/Brasil
Rede Mulheres em Comunicação
Rede Mulher e Mídia
Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia – RMERA
REF-Rede Economia e Feminismo
Rede Afro LGBT - Rede Nacional de Negras e Negros LGBT
Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
Rosas pela democracia (DF)
SOF- Sempre viva organização Feminista
União Brasileira de Mulheres - UBM
União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES
UMIAB – União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira

